



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Ofício n. 106/2018-PJ

Faxinal, 28 de fevereiro de 2018

Excelentíssimo Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**, por intermédio do Promotor de Justiça signatário, no uso de suas atribuições institucionais, com base no artigo 127 e artigo 129, inciso VI, da Constituição Federal, artigo 26, inciso I, *b*, da Lei n. 8.625/93, artigo 58, inciso I, *b*, da Lei Complementar Estadual n. 85/99, visando instruir o **Inquérito Civil n. MPPR-0050.16.000024-1**, **encaminha** a Vossa Excelência cópia da **Recomendação Administrativa n. 04/2018** para análise e adoção das providências necessárias.

No mais, aproveita-se a oportunidade para consignar os protestos de elevada estima e distinta consideração.

**JOSÉ TIAGO CHESINE GÓIS**

Promotor de Justiça

Excelentíssimo Senhor  
**YLSO ALVARO CANTAGALLO**  
Chefe do Executivo Municipal de Faxinal  
Avenida Brasil, 694 – Centro  
Faxinal, Paraná  
CEP 86.840-000



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE FAXINAL

## RECOMENDAÇÃO Nº 04/2018

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, por seu Promotor de Justiça signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fulcro nos arts. 127, *caput*, 129, incisos II e III, ambos da Constituição Federal, na Lei da Ação Civil Pública (Lei 7.347/1985), na Lei 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e, ainda, nas Resoluções 23/2007 e 164/2017, ambas do Conselho Nacional do Ministério Público, e

**CONSIDERANDO** o contido no artigo 127, da Constituição Federal, que dispõe que “o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a **defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis**”;

**CONSIDERANDO** o estabelecido nos artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, atribui ao Ministério Público a função institucional de “*promoção do inquérito civil e da ação civil pública, para a **proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos***”;

**CONSIDERANDO** o artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, faculta ao Ministério Público **expedir recomendação administrativa** aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, requisitando ao destinatário adequada e imediata divulgação;





# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE FAXINAL

**CONSIDERANDO** o artigo 2º, *caput*, da Lei Complementar n.º 85, de 27 de dezembro de 1999, antes de elencar funções atribuídas ao Ministério Público, reforça aquelas previstas na Constituição Federal e Estadual e na Lei Orgânica Nacional;

**CONSIDERANDO** que o mesmo diploma legal supramencionado, em seus artigos 67, § 1º, inciso III, e 68, inciso XIII, item 10, dispõe que ao Promotor de Justiça incumbe, respectivamente, “atender a qualquer do povo, ouvindo suas reclamações, informando, orientando e **tomando as medidas de cunho administrativo ou judicial**, ou encaminhando-as às autoridades ou órgãos competentes” e “efetuar a articulação entre os órgãos do Ministério Público e entidades públicas e privadas com atuação na sua área”;

**CONSIDERANDO** que tramita nesta Promotoria de Justiça o Inquérito Civil n.º 0050.16.000024-1, destinado a apurar a ilegalidade da permuta de imóvel público de matrícula n.º 14.170, com área de 12.394,18, denominada **área verde** do Conjunto Habitacional Jardim Nutrimil, pertencente ao Município, pela parte ideal de um imóvel particular de 20.126,239 metros quadrados, de uma área maior de 121.560,00 metros quadrados, descritas na matrícula n.º 12.553 do Cartório de Registro de Imóveis de Faxinal

**CONSIDERANDO** que, no mês de dezembro de 2015, foi sancionada a Lei Municipal n.º 1.925/2015, que em seu artigo 1º autorizava o Poder Executivo de Faxinal a permutar o imóvel público de matrícula n.º 14.170, denominado **área verde** do Conjunto Habitacional Jardim Nutrimil, **pela parte ideal de 12.395,00 metros quadrados**, de uma área maior de 121.560,00 metros quadrados, descrita na matrícula n.º 12.553 do Cartório de Registro de Imóveis de Faxinal;



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE FAXINAL

**CONSIDERANDO** que o artigo 2º da Lei Municipal n.º 1.925/2015 autorizou a desafetação da área permutante descrita na matrícula n.º 14.170 do Cartório de Registro de Imóveis como área verde, permitindo que após sua publicação e quando da lavratura da escritura pública de permuta, referido ônus real seria transferido para a parte ideal permutada 12.395,00 metros quadrados, de uma área maior de 121.560,00 metros quadrados, descritas na matrícula n.º 12.553 do Cartório de Registro de Imóveis de Faxinal;

**CONSIDERANDO** que no mês de dezembro de 2016, sobreveio alteração legislativa, dando nova redação aos artigos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 1.925/2015, **ampliando a metragem** da parte ideal a ser permutada pelo **particular** com a área verde do Município;

**CONSIDERANDO** que a nova alteração legislativa alterou a redação do **artigo 1º** da mencionada lei, autorizando o Poder Executivo de Faxinal a permutar o imóvel público de matrícula n.º 14.170, com área de 12.394,18, denominada área verde do Conjunto Habitacional Jardim Nutrimil, pertencente ao Município, pela parte ideal de 20.126,239 metros quadrados, de uma área maior de 121.560,00 metros quadrados, descritas na matrícula n.º 12.553 do Cartório de Registro de Imóveis de Faxinal;

**CONSIDERANDO** que a nova alteração legislativa alterou a redação do **artigo 2º** da mencionada lei autorizou a desafetação da área permutante descrita na matrícula n.º 14.170 do Cartório de Registro de Imóveis como área verde, permitindo que após sua publicação e quando da lavratura da escritura pública de permuta, referido ônus real seria transferido para a parte ideal permutada 20.126,239 metros quadrados, de uma área maior de 121.560,00 metros quadrados, descritas na matrícula n.º 12.553 do Cartório de Registro de Imóveis de Faxinal;





# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE FAXINAL

**CONSIDERANDO** que, a justificativa apresentada pelo Poder Executivo à época para a aprovação do projeto de lei seria de que *"A área verde que o município pretende permutar, hoje se encontra bem no centro do Jardim Nutrimil, uma área naturalmente destinada a indústrias, totalmente já desmatada de 12.394,18m<sup>2</sup>, a qual deve ser utilizada para a geração de renda fortalecendo o a geração de renda do município"* (sic);

**CONSIDERANDO** ainda que, o Chefe do Executivo à época justificou que *"A área particular que será permutada com o município, encontra-se na entrada da cidade, área realmente verde totalmente preservada, a qual poderá ser utilizada pelo município como um parque municipal, garantindo assim a sua permanência no estado em que hoje se encontra, garantindo assim a preservação do meio ambiente"* (sic);

**CONSIDERANDO** também que, conforme continua justificativa do Alcaide de então *"A empresa pretendente apresentou ao município o plano de negócio o qual demonstra cabalmente a utilização da área com investimento em torno de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), referindo-se na construção de barracões, aquisição de dois caminhões novos e etc."* (sic)

**CONSIDERANDO** que foi encaminhado pela Prefeitura um "plano de negócios" apócrifo, genérico, utilizado para fundamentar o interesse público da permuta, contendo supostas atividades de uma empresa nominada "JDC TRANSPORTES, armazenamento e distribuição de insumos agrícolas Ltda", indicando como supostos sócios duas pessoas da família Cortez, sem ao menos indicar e apresentar cópia de contrato social, enumerando eventuais obras e objeto social no ramo de suposto transporte de cereais e insumos agrícolas, investimento, com potencial geração de empregos no município;



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE FAXINAL

**CONSIDERANDO** que na época a Prefeitura de Faxinal apresentou avaliação das áreas a serem permutadas na ordem de: i. imóvel municipal com área de 12.394,18 metros quadrados, denominado área verde, descritas na matrícula 14.170 - Cartório de Registro de Imóveis de Faxinal – valor de **R\$ 17.847,61 (dezessete mil, oitocentos e quarenta e sete reais e sessenta e um centavos)**; ii. parte ideal de 20.126,239 metros quadrados, de uma área maior de 121.560,00 metros quadrados, descritas na matrícula n.º 12.553 Cartório de Registro de Imóveis de Faxinal – valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), realizados pela Imobiliária Faxinal;

**CONSIDERANDO** que durante a tramitação do Inquérito Civil 0050.16.000024-1, foram realizadas novas avaliações realizadas nos imóveis permutados, tendo em consideração a real finalidade e uso do imóvel público, com sua desafetação e permuta ao particular, considerando o potencial econômico, verificou-se um **valor discrepante e totalmente assombroso de diferença imobiliária**, em relação a avaliação do imóvel do Município - área de 12.394,18 metros quadrados, denominado área verde, descritas na matrícula 14.170 - Cartório de Registro de Imóveis de Faxinal – avaliado entre **R\$ 657.821,01 (seiscentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e vinte e um reais e um centavo) e R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais)**<sup>1</sup>;

**CONSIDERANDO** que no dia 24 de maio de 2017, foi lavrada a **escritura pública de permuta** dos imóveis mencionados no Serviço Notarial e Registral do município de Rio Branco de Ivaí, da Comarca de Grandes Rios;

**CONSIDERANDO** que posteriormente ao ato negocial, estranhamente, antes do registro da transcrição na matrícula dos imóveis, no dia 26 de junho de





# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE FAXINAL

2017, o escrevente substituto do mencionado Ofício de Notas *tornou sem efeito por falta de assinaturas, e devido a um erro na Lei de Permuta 1.925*, a escritura referente as áreas permutadas - objeto da matrícula 12.553, de propriedade do Município de Faxinal, com a parte a parte ideal permutada 20.126,239 metros quadrados, de uma área maior de 121.560,00 metros quadrados, descritas na matrícula n.º 12.553 do Cartório de Registro de Imóveis de Faxinal, de propriedade de João Sérgio Cortez, Mauricio Pontalti Cortez e Dirceu Pontalti-Cortez;

**CONSIDERANDO** que a Constituição Federal e a Lei nº 8.666/93 estabelecem, como regra geral, que as alienações (inclua-se permuta) de imóveis serão contratadas mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, ressalvados os casos especificados na legislação;

**CONSIDERANDO** que o art. 17 da Lei nº 8.666/93 dispõe que a alienação de bens imóveis da Administração Pública direta, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e dependerá de autorização legislativa, e, como regra geral, de licitação na modalidade de concorrência;

**CONSIDERANDO** que, no caso de permuta de imóveis, por força do art. 17, inciso I, alínea c, c/c art. 24, inciso X, da ambos da Lei nº 8.666/93, a dispensa de licitação somente será possível caso seja demonstrada a necessidade de instalação e localização que condicionem a escolha do imóvel a ser incorporado ao patrimônio público, além da compatibilidade de seu preço com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE FAXINAL

**CONSIDERANDO** que o art. 26, *caput*, da Lei nº 8.666/93 exige que o procedimento de dispensa de licitação seja necessariamente justificado, com a comunicação, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos;

**CONSIDERANDO** que os imóveis públicos são dotados de inalienabilidade relativa e sua alienação (sentido amplo), somente pode ser dar após a *desafetação* do bem de uso especial e comum do povo, mediante lei ou ato administrativo, dependendo da hipótese, nos casos em que seja permitido e admissível;

**CONSIDERANDO** que a área objeto da imóvel público de matrícula n.º 14.170 é considerada **área verde** e foi **doad**a pela COHAPAR ao Município de Faxinal como espaço público integrante do parcelamento da área de 97.365,00 m<sup>2</sup>, após celebrado convênio com o Município, para construção do conjunto habitacional hoje existente no local, em atendimento ao direito social de moradia da população carente naquela localidade;

**CONSIDERANDO** que na acepção do direito urbanístico, existem bens afetados a cumprir específicas funções sociais na cidade (habitação, trabalho, circulação e recreação), caracterizando-se como espaços não edificáveis de domínio público: "*Encontramos, assim, espaços não edificáveis em áreas de domínio privado, como imposição urbanística, e espaços não edificáveis de domínio público como elementos componentes da estrutura urbana, como são as vias de circulação, os quais se caracterizam como áreas 'non aedificandi', vias de comunicação e espaços livres, áreas verdes, áreas de lazer e recreação.*"<sup>2</sup>

2.SILVA, José Afonso da. *Direito Urbanístico Brasileiro*. Malheiros Editores, 2ª ed. p. 242.





# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE FAXINAL

**CONSIDERANDO** que obrigatoriedade de instituir áreas verdes e que contenham equipamentos comunitários, bem como a incorporação compulsória de tais áreas ao patrimônio municipal decorre dos arts. 4º, I, 17 e 22, todos da Lei n. 6.766/79, *in verbis*:

*"Art. 4º. Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos:*

*I - as áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem".*

*Art. 17. Os espaços livres de uso comum, as vias e praças, as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo, não poderão ter sua destinação alterada pelo loteador, desde a aprovação do loteamento, salvo as hipóteses de caducidade da licença ou desistência do loteador, sendo, neste caso, observadas as exigências do Art. 23 desta Lei."*

*Art. 22. Desde a data de registro do loteamento, passam a integrar o domínio do Município as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo".*

**CONSIDERANDO** que não obstante a autonomia do ente municipal em dispor e gerir os seus bens, e a atribuição constitucional de "*promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle de uso, do parcelamento e da ocupação solo urbano*" (art. 30, VIII, da Constituição Federal), a proibição de dar destinação diversa àquelas áreas mencionadas no art. 17 da Lei n. 6.766/79 se estende



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE FAXINAL

aos Municípios, pois não teria sentido impor uma restrição de cunho ambiental e urbanística somente aos loteadores particulares. Atente-se, do teor do acórdão:

*"A questão de fundo diz com a perquirição quanto à sua finalidade legal, em especial quanto à autonomia da Administração Municipal para alterar a destinação do bem público, depois de incorporado a patrimônio do Município, por força do disposto no art. 22, da Lei 6.766/79, pois o seu art 17 não pode ser interpretado isoladamente, mas sim em conjunto com os artigos 4º, 22 e 28 do mesmo diploma legal. Não se mostra cabível que o Município, após receber gratuitamente áreas de uso comum, por decorrência de norma legal expressa neste sentido, delas dispor da forma que melhor lhe aprouver, em afronta ao disposto no caput, do art. 225, da CF/88" (TJSC, Agravo de Instrumento n. 2008.040128-2, de São Miguel do Oeste, rel. Des. Cid Goulart, j. 18-08-2009).*

*"AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - ADMINISTRATIVO - ÁREA DOADA POR PARTICULAR, AO MUNICÍPIO DE JOINVILLE, QUANDO DA INSTITUIÇÃO DE LOTEAMENTO, PARA USO COMUM - DIREITO PERTENCENTE À COLETIVIDADE - EXEGESE DA LEI FEDERAL N. 6.766/79 - DESAFETAÇÃO - FINALIDADE DIVERSA - IMPOSSIBILIDADE - RECURSO DESPROVIDO "Quando o artigo 17 da Lei Federal nº 6766/79 afirma que não pode o loteador alterar a destinação da área reservada, não está dirigindo-se apenas a ele e sim, à Municipalidade, que a recebe para a finalidade descrita, sendo sua obrigação respeitar, por força de lei, a vontade do mencionado loteador. Ele cria uma verdadeira instituição no loteamento, que deve prevalecer em benefício do povo, para seu uso comum, sendo despidiando dissertar aqui sobre a importância das áreas verdes na preservação da qualidade da vida urbana, dado aos constantes argumentos que se fazem a respeito desse tema, que acabou sendo de notório conhecimento" (fl. 261)" (REsp 77721/SP, Ministro João Otávio de Noronha, DJ em 24.3.2003, p. 164)" (TJSC, Agra-*





# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE FAXINAL

vo de Instrumento n. 2008.019061-9, de Joinville, rel. Des. José Volpato de Souza, j. 11-03-2010).

**CONSIDERANDO** que, nos ensinamentos de Paulo Affonso Leme-Machado: *"Retirou-se de modo expresso o poder dispositivo do loteador sobre as praças, as vias e outros espaços livres de uso comum do povo ( art. 17 da Lei 6766/79), mas, de modo implícito vedou-se a livre disposição desses bens pelo Município. Este só teria liberdade de escolha, isto é, só poderia agir discricionariamente nas áreas do loteamento que desapropriasse e não naquelas que recebeu a título gratuito. Do contrário, estaria o Município se transformando em Município-loteador através de verdadeiro confisco de áreas, pois receberia as áreas para uma finalidade e, depois, a seu talante as destinaria para outros fins"* (Direito Ambiental Brasileiro. São paulo: Malheiros, 2001, p. 400).

**CONSIDERANDO** que é responsabilidade do Município de fiscalizar o uso adequado da propriedade e planejar o desenvolvimento urbano, para que possam ser garantidas condições de bem-estar social e ambiental também diz respeito a seus próprios atos, devendo, para dar efetividade ao cumprimento das regulamentações urbanísticas e ambientais, também se abster da prática de atos lesivos e observar as suas obrigações de fazer ou não fazer insculpidas na legislação, **incluindo aí preservar as áreas verdes e de equipamentos comunitários**, visando cumprir o disposto no art. 225, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** que a permuta das áreas autorizadas pela Lei Municipal n.º 1.925/2015 é inconstitucional e ilegal, vez que não poderia ser permitido desígnio absolutamente diverso daquela anteriormente definido, caso contrário tal conduta serviria como uma chancela ao descumprimento das disposições da Lei Federal n. 6.766/79. Sobre o assunto, colhe-se a jurisprudência:



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE FAXINAL

"ADMINISTRATIVO - DESAFETAÇÃO - ÁREA DO LOTEAMENTO DESTINADA A ESPAÇO VERDE E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS - IMPOSSIBILIDADE 'O poder discricionário do Executivo tem seus limites contornados pela Constituição Federal, cumprindo ao Judiciário, quando provocado, decidir sobre a caracterização de desvio de finalidade do ato administrativo. 'Pauta-se pelo princípio da proporcionalidade o exame do mérito do ato administrativo, devendo-se respeitar a discricionariedade da Administração até o momento em que se transgride o razoável, traduzindo o ato manifesta lesão ao interesse público. 'Não pode a permuta de imóveis ser tratada como mera inversão financeira, uma vez que não envolve o dispêndio de dinheiro mas a cessão de bem imóvel integrante do patrimônio público. 'A área cedida ao Município quando da realização de loteamento, por força do art. 4º da Lei de Parcelamento do Solo, embora passe a integrar o patrimônio público, vincula-se ao interesse da ocupação racional e organizada daquela fração do espaço urbano. Serve, assim, à preservação de áreas de lazer, ao respeito ao meio ambiente e ao acesso comunitário aos serviços essenciais prestados pelo Poder Público. Inviável, por conseguinte, a transferência de tal área à propriedade privada' (AC n. 2002.011186-0, Des. Pedro Manoel Abreu) ' (...) "(TJSC, Agravo de Instrumento n. 2008.017276-9, de Joinville, rel. Des. Luiz César Medeiros, j. 28-06-2011).

**CONSIDERANDO** que a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, em caso análogo, decidiu pela **ilegalidade patente** de permuta de área verde afetada a uma finalidade pública:

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. ADMINISTRATIVO E AMBIENTAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DESAFETAÇÃO DE ÁREA VERDE E DE ÁREA DE EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS INTEGRADAS





# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE FAXINAL

AO PATRIMÔNIO MUNICIPAL POR MEIO DE LOTEAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. EXEGESE DO ART. 17 DA LEI N. 6.766/79, QUE PROÍBE OS LOTEADORES DE DAR DESTINAÇÃO DIVERSA ÀQUELAS ÁREAS. OBJEÇÃO QUE SE ESTENDE AOS MUNICÍPIOS. DEVER DO ENTE MUNICIPAL DE FISCALIZAR O USO ADEQUADO DA PROPRIEDADE E PLANEJAR O DESENVOLVIMENTO URBANO, QUE TAMBÉM DIZ RESPEITO AOS PRÓPRIOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 1. "Retirou-se de modo expresso o poder dispositivo do loteador sobre as praças, as vias e outros espaços livres de uso comum do povo (art. 17 da Lei 6766/79), mas, de modo implícito vedou-se a livre disposição desses bens pelo Município. Este só teria liberdade de escolha, isto é, só poderia agir discricionariamente nas áreas do loteamento que desapropriasse e não naquelas que recebeu a título gratuito. Do contrário, estaria o Município se transformando em Município-loteador através de verdadeiro confisco de áreas, pois receberia as áreas para uma finalidade e, depois, a seu talante as destinaria para outros fins" (MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. 8ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 400). 2. A responsabilidade do Município de fiscalizar o uso adequado da propriedade e planejar o desenvolvimento urbano, para que possam ser garantidas condições de bem-estar social e ambiental também diz respeito a seus próprios atos, devendo, para dar efetividade ao cumprimento das regulamentações urbanísticas e ambientais, também se abster da prática de atos lesivos e observar as suas obrigações de fazer ou não fazer insculpidas na legislação, incluindo aí preservar as áreas verdes e de equipamentos comunitários, visando cumprir o disposto no art. 225, da Constituição Federal. ATO ADMINISTRATIVO DO PODER EXECUTIVO. LEI N. 566/10 QUE AUTORIZOU A DESAFETAÇÃO E A CONCESSÃO DE DIREITO DE USO REAL DE ÁREA PÚBLICAS. POSSIBILIDADE DE REVISÃO JUDICIAL. LEI DE EFEITOS CONCRETOS, QUE PODE SER INVALIDADA EM PROCEDIMENTO COMUM. As leis e os decretos de efeitos concretos "podem ser invalidados em procedimentos comuns, em mandado de segu-



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE FAXINAL

*rança ou em ação popular porque já trazem em si os resultaberações individualizadas revestindo a forma anômala de lei ou decreto. Tais são, p. ex., as leis que criam Município, as que extinguem vantagens dos servidores públicos, as que concedem anistia fiscal e outras semelhantes. Assim também os decretos de desapropriação, de nomeação, de autorização etc.". Desta forma, evidenciando-se qualquer ilegalidade nos atos administrativos, o Poder Judiciário é autorizado a intervir nestes casos quando provocado, pois a ele "é permitido perquirir todos os aspectos de legalidade e legitimidade para descobrir e pronunciar a nulidade do ato administrativo onde ela se encontre, e seja qual for o artifício que a encubra" (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 37ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011. p. 766 e 762). SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA MANTIDA. APELO E REMESSA DESPROVIDOS (AC n. 2011.077456-3, de Concórdia, rel. Des. Subst. Francisco Oliveira Neto, j. 25-3-2014);*

**CONSIDERANDO** que todo o procedimento prévio e a posterior autorização legislativa de permuta dos imóveis padecem de **total irregularidade e ilegalidade**, em desrespeito às normas constitucionais e legais, diante da **total impossibilidade de alienar, permutar ou de qualquer forma, dar destinação diversa ao imóvel público municipal mencionado**, em patente e inarredável violação aos atos normativos supramencionados;

**CONSIDERANDO** ainda que ficou apurado que **parcela** significativa do imóvel municipal foi **invadida, tomada e incorporada indevidamente** pela empresa Cortez e Comércio de Cereais Ltda, inclusive com a construção de cercas e empreendimento empresarial, sem contar na supressão indevida de vegetação no local, conforme constatado





# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE FAXINAL

pelo Instituto Ambiental do Paraná durante fiscalização realizada no local – Autos de Infração n.º 110576 e 110577;

**CONSIDERANDO** que a Lei Municipal n.º é lei de **efeito concreto**, vez que disciplina de forma concreta e imediata a autorização de permuta de um bem público para um particular, com transferência de domínio, equiparando-se materialmente aos atos administrativos;

**CONSIDERANDO** que a lei de efeito concreto é suscetível de controle jurisdicional, conforme abalizada lição de José dos Santos Carvalho Filho: *“No que tange a esse tipo de atos concretos, a ação civil pública é inteiramente cabível para permitir que o autor postule a condenação do réu ao cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, e isso não somente quando a ofensa decorre de algum ato praticado com base na lei errônea, mas também quando provém diretamente da própria lei, sem qualquer ato nela fundado. Nesse caso, a lei é, sem dúvida, inconstitucional, mas não pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, como já decidido mais de uma vez pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal. Sendo assim, e mais ainda por se tratar de verdadeiro ato administrativo, pode a lei de efeitos concretos ser hostilizada incidentalmente por via principal, sendo totalmente cabível, na espécie, a ação civil pública.”*<sup>3</sup> (grifamos)

**CONSIDERANDO** que são nulos os atos lesivos ao patrimônio público quando houver ilegalidade do objeto (*vide* art. 2º da Lei Federal nº 4.717/1965);

3. CARVALHO FILHO, José dos Santos. — Ação Civil Pública, Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 6.ª edição, 2007, p. 98



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE FAXINAL

**CONSIDERANDO** que o *princípio da autotutela* autoriza à Administração Pública o exercício do controle de seus próprios atos, com a possibilidade de anular os ilegais e revogar os inconvenientes ou inoportunos, independentemente de recurso ao Poder Judiciário;

**CONSIDERANDO** o conteúdo jurídico inscrito na Súmula nº 346 do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que *“A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos”*;

**CONSIDERANDO** que o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL também editou a Súmula nº 473, tendo consagrado mais uma vez o entendimento de que *“A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”*;

**CONSIDERANDO** que, a inobservância dos preceitos mencionados pode caracterizar a prática de atos de **improbidade administrativa**, sujeitando os responsáveis a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, pagamento de multa civil de acordo com o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, na forma da Lei n.º 8.429/92;





# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE FAXINAL

**RECOMENDA** ao Senhor Prefeito de Faxinal, Sr. YLSON ÁLVARO

CANTAGALLO, a **adoção das seguintes providências:**

**I. Abstenha-se** de lavrar nova escritura de permuta do imóvel público de matrícula n. °14.170, com área de 12.394,18, denominada área verde do Conjunto Habitacional Jardim Nutrimil, pertencente ao Município ou de transcrever eventual título translativo preexistente no Cartório do Registro de Imóveis de Faxinal;

**II. Encaminhe imediatamente** Projeto de Lei à Câmara Municipal revogando integralmente a Lei Municipal n.º 1.925/2015;

**III. Promova a adoção imediata de medidas judiciais – ação possessória e eventualmente indenizatória** - necessárias para reaver a posse do imóvel de matrícula n. °14.170, com área de 12.394,18, denominada área verde do Conjunto Habitacional Jardim Nutrimil, pertencente ao Município, em sua totalidade, atualmente **ocupado e indevidamente invadido, de forma parcial, pela empresa Cortez e Comércio de Cereais Ltda;**

**IV. Adote as medidas de política urbana e ambiental necessárias para a integral recuperação e adequado emprego urbanístico da área verde mencionada**, promovendo-se as ações necessárias para o emprego adequado do espaço urbano no interesse da comunidade local, sobretudo dos moradores do conjunto habitacional onde o imóvel se localiza, desprovidos de espaços verdes e de equipamentos urbanos de lazer;

**V. Na condição de gestor público municipal e representante legal de pessoa jurídica de direito público interno, dê ciência desta recomendação ministerial, formalmente, ao Presidente da Câmara Municipal e a todos os vereadores**, tendo em vista que, caso a situação não seja regularizada, poderão responder, em coautoria com o prefeito, por eventual prática de ato de improbidade administrativa;

**VI. A esta recomendação administrativa se dará plena publicidade**, inclusive mediante publicação no sítio eletrônico do Município ou no Portal Transparência,



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE FAXINAL

para formal conhecimento e acompanhamento a toda população, sem prejuízo do inerente controle social a que se encontra submetido o Poder Público;

**VII. O descumprimento** injustificado da presente recomendação importará na tomada de **medidas administrativas e judiciais cabíveis**, inclusive no sentido de apuração de *responsabilidades* civil, administrativa e criminal dos agentes, públicos ou particulares, que, por ação ou omissão, violarem ou permitirem a violação dos direitos em voga, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;

**VIII.** Remeta a esta Promotoria de Justiça, mediante ofício, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento desta, informações sobre as providências e medidas adotadas, ficando todos cientes que, caso a comunicação não seja protocolada na Secretaria da Promotoria de Justiça da Comarca de Faxinal até o último dia do prazo, interpretar-se-á o não acatamento da presente Recomendação.

Faxinal, PR, 28 de fevereiro de 2018.

**JOSÉ TIAGO CHESINE GÓIS**  
Promotor de Justiça